

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BRUNO DE LIMA COELHO

ASPECTOS RELEVANTES AOS ANALISTAS NA AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS
PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS NO AGRONEGÓCIO

CURITIBA

2019

BRUNO DE LIMA COELHO

ASPECTOS RELEVANTES AOS ANALISTAS NA AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS
PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS NO AGRONEGÓCIO

Trabalho apresentado como requisito parcial à conclusão do MBA em Gestão do Agronegócio, departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná.

Orientadores: Me. Nilson Correa Biscaia Jr e Me. Ângelo José da Silva

CURITIBA

2019

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO	5
1.2	OBJETIVOS	6
1.2.1	Objetivo Geral.....	6
1.2.2	Objetivos Específicos	6
1.3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	6
1.3.1	Principais Programas de Crédito Rural no Brasil.....	8
1.3.2	O Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR no Brasil.....	9
1.3.3	Crédito no Agronegócio Brasileiro	10
1.3.4	Fator de Risco nas Operações	11
1.3.5	Fatores para Concessão de Crédito	12
1.3.6	Elaboração de Políticas de Crédito.....	12
1.3.7	Fatores Relevantes do Método Julgamental	13
1.4	JUSTIFICATIVA.....	14
2	MATERIAL E MÉTODOS	16
3	RESULTADO E DISCUSSÃO	17
4	CONCLUSÃO	24
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26
	ANEXO 1	28

Aspectos Relevantes aos Analistas na Avaliação de propostas para Captação de Recursos Financeiros no Agronegócio

Bruno de Lima Coelho

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi determinar quais são os fatores de maior relevância identificados pelos analistas de concessão de crédito, com o intuito de instruir o cliente a ter em mente quais são os pontos de sua proposta que exigem mais atenção, além de melhorar as chances de sucesso na liberação de crédito de acordo com seus objetivos. Com este intuito foram realizadas pesquisas de campo com analistas de concessão de crédito de instituições financeiras públicas e privadas, nacionais e multinacionais, que atendem ao agronegócio, visando avaliar quais critérios são comuns e quais critérios são específicos de cada instituição, onde foi possível observar que existe uma grande coerência entre os fatores relevantes identificados na pesquisa, confirmando-se, desta forma, que a avaliação do crédito é bastante similar entre as instituições financeiras pesquisadas, independente do segmento em que atuam.

Palavras-chave: Análise de Crédito. Parâmetros. Agronegócio. Avaliação de Risco. Crédito Rural.

ABSTRACT

The purpose of this research was conducted to determine which are the most relevant factors identified by lending analysts of credit concession, in order to instruct the client to keep in mind which points of the proposals require more attention, and even more to improve its chances of succeed in releasing credit according to it goals. To this end, field researches were carried out with credit analysts from public, national and multinational financial institutions, which serve agribusiness, in order to evaluate which criteria are common and which criteria are specific to each institution, where it was observed that There is a great coherence between the relevant factors identified in the research, thus confirming that the credit assessment is very similar among the financial institutions surveyed, regardless of the segment in which they operate.

Keywords: Credit Analysis. Parameters. Agribusiness. Risk Assessment. Rural Credit.

1 INTRODUÇÃO

A escassez monetária de um lado, frente ao excesso de recursos financeiros do outro, torna possível o processo denominado “crédito”, no qual, um agente ou instituição disponibiliza certa quantia monetária àquele que necessita, desde que este retorne o montante corrigido.

Tal prática corre longos períodos da história em que indivíduos, agentes, empresas e instituições financeiras traçam dinâmicas de trocas que satisfaçam ambas as partes. Logo o processo do crédito sofre grande refinamento a cada momento em que análises de confiança e de retorno são minuciosamente estudadas.

O crédito originário da palavra do latim *creditum* significa confiança, logo percebe-se que os pilares do crédito se fundamentam na confiança entre as duas partes, do concesso e do concedido, o risco das partes e a rentabilidade das partes (ROSA; AZZOLIN; SOARES, 2015).

Risco é um conceito inerente em todas as operações de crédito, independente do ramo na qual está inserida e do montante no qual a operação está baseada, desta forma as empresas detentoras de recursos ao longo dos anos vêm elaborando métodos de avaliação das propostas recebidas de forma a minimizar o risco de inadimplência por parte dos credores. Este processo de avaliação em grande parte depende de parâmetros já pré-configurados em sistemas eletrônicos, de metodologias adotadas pelas empresas como procedimentos internos e protocolos de atuação, além da própria percepção e estratégia do analista de crédito.

Essa dinâmica vem sendo aplicada desde os primórdios da existência do ramo financeiro, evoluindo ao longo dos anos, de acordo com o surgimento de novos modelos de negócio, assim criando as linhas de crédito conhecidas atualmente. Esse modelo garante uma maior padronização nos serviços prestados, visando gerar mais praticidade no atendimento e garantir um nível saudável de inadimplência.

Destaca-se ainda a importância do crédito bem utilizado atrelado no crescimento do desenvolvimento empresarial, portanto à geração de empregos e ao Produto Interno Bruto de um país, a maior possibilidade no aumento da circulação

de bens e fluxos financeiros, ao aumento no arrecadamento de impostos e por fim à conquista de demandas de bem-estar social.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

No Brasil a concessão formal de crédito regulamentada por bancos teve sua crescente a partir do aumento do consumismo ao término das Grandes Guerras. Em 1964 através de uma importante reforma bancária criou-se o Banco Central do Brasil (BACEN) juntamente com o Conselho Monetário Nacional (CMN) que coordenados regulamentam e fiscalizam instituições do Sistema Financeiro Nacional (ROSA; AZZOLIN; SOARES, 2015).

A partir de 1993 a criação do Plano Real resultou na queda dos juros e da inflação, que anteriormente simbolizavam a principal receita dos bancos, forçando-os a reorganizarem as concessões de crédito. Desta forma, a partir da década dos anos 1990, o crescimento da atividade econômica, bem como o interesse dos bancos em preservarem seus patamares de lucro, fizeram com que essas instituições financeiras, inclusive àquelas sob o controle governamental, expandissem a concessão de crédito, em especial o crédito destinado ao financiamento da atividade produtiva.

Esse incremento no volume do crédito levou as instituições financeiras a desenvolver metodologias de análise de risco e concessão de crédito cada vez mais rigorosas. Essas metodologias, em sua grande maioria, dependem de informações sobre os tomadores de recursos e dos empreendimentos a serem financiados. Essas informações são processadas e estudadas por analistas de crédito que, parametrizam, quantificam e recomendam ou não a concessão do crédito.

Tendo em vista que as operações de crédito são de suma importância também ao desempenho e desenvolvimento do agronegócio, é fundamental conhecer os fatores relevantes aos analistas de crédito no momento do estudo das propostas apresentadas pelos tomadores de recursos. Esse conhecimento prévio possibilita o fornecimento de informações mais coerentes e fidedignas por parte dos tomadores, possibilitando a estruturação de propostas mais bem fundamentadas, com maior chance de sucesso.

Essas possibilidades se abrem a partir da identificação de padrões segundo os quais o crédito normalmente é avaliado, tornando mais transparente a

relação entre as partes, além de mais previsíveis os resultados, melhorando o nível das discussões e das negociações entre instituição financeira e tomador, permitindo ao próprio produtor, ou ao consultor que elaborou a proposta, escolher qual a melhor linha de crédito e, até mesmo, qual o agente mais adequado para financiar seus investimentos.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do presente estudo consiste em se identificar os aspectos mais relevantes observados pelos profissionais de análise de crédito das instituições financeiras, no momento da avaliação das propostas de crédito destinadas à captação de recursos financeiros para financiamento de operações do agronegócio.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para a consecução do objetivo geral do estudo, foram perseguidos os seguintes objetivos específicos:

- identificar, através de entrevistas com analistas de crédito de instituições financeiras que operam com o crédito rural, quais os principais aspectos considerados no momento da análise de crédito de propostas de financiamento de operações do agronegócio;
- comparar os resultados obtidos nas entrevistas;
- identificar a existência de padrões comuns entre os analistas, de forma a determinar fatores comuns no processo; e,
- elencar dentre as respostas, quais os critérios mais relevantes no momento da análise de propostas.

1.3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Durante as últimas décadas, o crédito rural tem tomado cada vez mais destaque em políticas macroeconômicas, conforme Ramos (2010) durante as décadas de 1960 e 1970 o governo interveio com grande ênfase no mercado

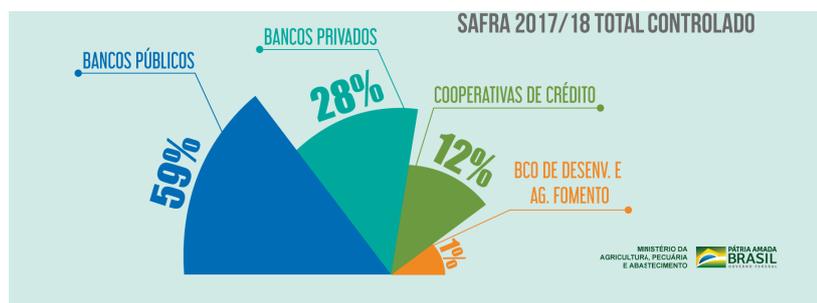
agrícola, iniciando uma política onde o desenvolvimento do negócio tornou-se atrelado a decisões políticas, desde o grande produtor, até o agricultor familiar.

Durante este período o governo avançou neste ramo por meio de ações legais conforme cita Ramos (2010) por meio da lei nº 4.595 que cria o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e a lei 4.829 na qual institucionaliza o Crédito Rural, no qual permite que bancos privados realizem créditos rurais e não apenas bancos estatais, como era feito anteriormente a esta data, onde possuem alinhamento com as diretrizes do Banco Central, incentivando assim o desenvolvimento do produtor rural.

Mas apesar de institucionalizado e regulamentadas, as diretrizes do crédito rural no Brasil, o fator relevante para o ampla tomada de crédito foi a criação de programas de incentivo ao crédito do Governo Federal. Esses programas passaram a ser fomentados principalmente pelo BNDES a partir de 1991, conforme cita (RAMOS,2010). Linhas de Crédito como o FINAME e o PRONAF incentivam desde o desenvolvimento do pequeno agricultor com sua produção familiar, até as destinadas à aquisição de maquinário pesado, são de fundamental importância para o desenvolvimento da economia.

Pode-se observar no Gráfico 01, a seguir, que devido aos planos de incentivo ao agronegócio, mais da metade de todo o crédito neste ramo é concedido por bancos públicos, conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO 1 – DIVISÃO DOS RECURSOS INVESTIDOS NO AGRONEGÓCIO



FONTE: MAPA (2019).

Assim por sua vez o gráfico demonstra o quão relevante são as políticas de incentivo ao agronegócio na economia atual, que fazem os produtores rurais buscarem bancos públicos em grande parte tendo em vista programas como a seguir.

1.3.1 Principais Programas de Crédito Rural no Brasil

As principais políticas de crédito têm como característica a relevância dada pela União aos programas de incentivo ao agronegócio, desta forma além da criação dos programas mais recentes como o PRONAF em 1995 e o MODERFROTA em 2000, a gestão de recursos públicos e o cenário macroeconômico resultam diretamente nos resultados dos investimentos em programas de crédito, no qual cita Leite (2014), onde foi possível notar um acréscimo bastante relevante entre os anos de 2001 e 2005 , aproveitando a alta do preço da soja mundial, e reduzindo drasticamente entre 2006 e 2009, período de recessão mundial onde houve baixa de preços de commodities, além de diversos outros bens de consumo e bens duráveis, desta forma podemos ver que os recursos tornam-se mais atrativos ou não de acordo com a necessidade da balança comercial.

Como principais linhas de crédito os bancos públicos, principalmente o BNDES, possuem diversas iniciativas que são constantemente atualizadas de forma a incentivar o crescimento econômico de determinado segmento do agronegócio de acordo com sua necessidade, sendo alterado anualmente de acordo com a necessidade da economia vigente, tendo como principais características as seguir:

QUADRO 1 – PRINCIPAIS LINHAS DO CRÉDITO RURAL

Financiamento	O que se enquadra?	Destinatário	Taxa	Quanto
Inovagro	Inovações tecnológicas em propriedades Rurais, visando melhoria em gestão como agricultura de precisão, serviços de computadores etc.	Produtores Rurais (Físicas e Jurídicas) e cooperativas.	Até 7% a.a	<ul style="list-style-type: none"> ▪ R\$ 1,3 milhão para empreendimento individual; ▪ R\$ 3,9 milhões para empreendimento coletivo
Moderagro	Projetos de modernização e expansão da produção do agronegócio em geral, incluindo solo e mecanização.	Produtores Rurais (Físicas e Jurídicas) e cooperativas	Até 8% a.a	<ul style="list-style-type: none"> ▪ R\$ 880 mil para empreendimento individual; ▪ R\$ 2,64 milhões para empreendimento coletivo; e ▪ R\$ 400 mil por cliente para a aquisição de animais
Moderfrota	Aquisição de tratores, colheitadeiras, plataformas de corte, pulverizadores, plantadeiras, semeadoras e equipamentos para preparo, secagem e	Produtores Rurais (Físicas e Jurídicas) e cooperativas	Até 8,5% a.a. (Bruta até R\$ 90 milhões) até 10,5% a.a. (Bruta	Até 85% dos itens financiáveis

Financiamento	O que se enquadra?	Destinatário	Taxa	Quanto
	beneficiamento de café.		acima de R\$ 90 milhões)	
Pronaf	Implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas	Cooperativas agropecuárias, produtores rurais (pessoas físicas e jurídicas) e seus familiares que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) emitida pela Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento	Até 3% a.a. ou até 4,6% a.a. (conforme o caso) Pronaf B (renda anual familiar até R\$ 20 mil): 0,5% a.a.	Até R\$ 330 mil para empreendimento individual, dependendo da finalidade <ul style="list-style-type: none"> ▪ Até 35 milhões para agroindústria (cooperativas) ▪ Pronaf B - Até R\$ 5 mil para agricultores individuais e até R\$ 15 mil por família; e ▪ Casos específicos dependendo do subprograma

FONTE: O autor adaptado de BNDES (2019).

Com base nos programas de desenvolvimento citados, é possível verificar que existem programas tanto para o pequeno produtor rural quanto para o grande produtor, permeando áreas como capital de giro do negócio a investimento de agricultura de precisão o, visando desenvolvimento de ponta para grandes negócios.

Todos os investimentos citados fazem parte do programa nacional chamado de Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado com o intuito de desenvolver a agricultura no país, levando em conta que o Brasil possui uma forte dependência do setor agrário, desta forma o PIB do país está fortemente atrelado as políticas de incentivo ao Agronegócio. O SNCR compõem além dos programas citados acima, existem outros diversos programas citados no folheto explicativo disponibilizado pelo BNDES, conforme citado nas Referências Bibliográficas, onde o solicitante de crédito pode avaliar qual é a linha que mais se adequa a sua necessidade, ou ainda ser instruído por um consultor de crédito.

1.3.2 O Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR no Brasil

Conforme cita Leite (2014) O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi um marco criado no ano de 1965, onde foi um momento crucial da modernização da agricultura brasileira, devido a ter facilitado o acesso a investimentos por parte dos agricultores para os mais diversos setores. Esse fato pode ser visto principalmente nos anos 80 devido a inflação. Em muitos casos os juros da operação tornavam-se negativo, o que tornava a operação muito benéfica ao produtor rural.

Os valores tiveram grande queda somente a partir da segunda metade da década de 80 e início da década de 90, com a implementação do plano Real, conforme citado abaixo:

Após a crise fiscal que marcou os anos 1980 e o declínio do volume emprestado, a retomada da estabilização macroeconômica com o advento do Plano Real, em meados da década de 1990, tornou possível um crescimento, praticamente ininterrupto, do crédito rural até o período atual. (LEITE,2014, p.93)

Após o término do período citado os investimentos no SNCR obtiveram um crescimento ano a ano, também impulsionado conforme cita Leite (2014), pela criação do programa PRONAF, que traz um crescimento estável ao programa SNCR e também cria uma alternativa de crédito voltada ao pequeno produtor, que antes não possuía tanto acesso ao crédito como o grande produtor rural.

1.3.3 Crédito no Agronegócio Brasileiro

De acordo com dados do Ministério da Agricultura, o agronegócio representou 21,6% do PIB brasileiro no ano de 2017. No ano seguinte, o agronegócio permaneceu relevantemente estável, com um recuo de 0,01% no crescimento em comparativo com o ano anterior.

O valor bruto da produção da agropecuária no Brasil em janeiro de 2019 soma a cifra de R\$ 564,32 bilhões sendo que os estados do Mato Grosso, São Paulo e Paraná são listados como os maiores produtores. Já na categoria da agricultura, os maiores rankings são dispostos para os estados do Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul, em termos nacionais a produtividade de 2018/2019 continua a mesma de 2017/2018 contando 3,7 mil t/ hectare. Os valores na balança comercial do agronegócio em 2009 somam U\$ 9,9 bilhões em importações e U\$ 64,7 bilhões para as exportações, já no ano de 2018 os valores são de U\$ 14 bilhões para as importações e U\$ 101,7 para exportações.

No Brasil grande parte do desenvolvimento do agronegócio se dá devido ao impulsionamento realizado pelos agentes financeiros, e devido a este negócio representar uma grande parte do PIB, o governo apresenta uma série de linhas de crédito de incentivo, conforme cita Leite (2014) em 1995 foi criado o Pronaf que visa especificamente auxiliar os produtores familiares a conseguir incentivos de créditos,

que atualmente representa o total de dois terços dos contratos de recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), além de outros programas como o MODERFROTA, que visa a aquisição de ativo imobilizado como tratores e colheitadeiras para uso no campo, no qual existe um grande incentivo do governo nesta linha de crédito.

1.3.4 Fator de Risco nas Operações

A partir do momento em que uma operação financeira é discutida entre as partes, um dos fatores mais relevantes no processo decisório vem a tona, e que também é diretamente proporcional as taxas de juros, este fator é chamado de risco, ele ocorre em todas as operações financeiras, e conforme explica Rosa; Azzolin; Soares (2015) são probabilidades onde existam possibilidades de perdas ou ganhos, sendo elas independente de sua relevância. Desta forma no mercado financeiro quanto maior é o risco, maior se torna o “prêmio” ao investidor, desta forma em caso de investimento em ações com um risco maior, a rentabilidade tem probabilidade de ser maior, no caso de empréstimos com maior risco os bancos aplicam taxas de juros maiores devido a obterem menores garantias no processo. Desta forma os bancos precisam tornar as operações de crédito atrativas aos clientes, de modo a tornar seu produto atrativo e não especulativo.

Assim operações de crédito vêm aprimorando-se ao longo do tempo devido ao grande número de variáveis que afetam o processo decisório, com o intuito de minimizar os riscos imbuídos no processo de liberação de crédito, além da grande gama de riscos por parte de imprevistos que podem ocorrer relacionados ao tomador de crédito, a empresa visa ao máximo minimizar e limitar a possibilidade de autonomia do analista de crédito, para que a decisão de concessão do montante não seja realizada com base em teorias comportamentais para tomada de decisão, conforme Queiroz; Reis; Rocha (2016) o ser humano possui a tendência a tomar decisões com base em seus relacionamentos afetivos, opiniões, e conceitos, pré-estabelecidos, isso ocorre devido à experiência e a vivência do Analista, desta forma a percepção de risco torna-se ligeiramente diferente como abaixo:

O sentimento de prazer com o ganho ou o desprazer com a perda é percebido de forma diferente pelas pessoas, isso é, as pessoas sentem muito mais a perda do que o prazer de um ganho equivalente. Ou seja, o indivíduo é avesso o risco para ganhos, preferem um ganho menor sem riscos, a um ganho maior com risco de não obter ganho, e propenso para perdas, preferem correr mais risco caso percebam que existe a possibilidade de eliminar a perda. (CARVALHO, 2009, pp 67-68).

Desta forma ao longo dos anos cada vez mais fatores são considerados no momento da tomada de decisão, a fim de minimizar a intervenção, e a detecção de padrões a fim de tornar o negócio o mais eficiente possível.

1.3.5 Fatores para Concessão de Crédito

Atualmente as empresas de crédito com o intuito de minimizar o fator fundamental de risco na operação buscam obter o máximo de informações possíveis, a fim de embasar as decisões que serão tomadas referentes ao crédito, que segundo Rosa; Azzolin; Soares (2015) são baseados em dois pilares fundamentais: o método subjetivo no qual os especialistas obtém de sua experiência na área e vivência de mercado, e o método objetivo, no qual é baseado em modelos estatísticos, no qual visam comparar comportamentos dos tomadores de crédito.

Levando em conta que o Método Subjetivo ou Julgamental, é o método onde existe maior intervenção humana no processo, as empresas têm criado uma forte Política de Crédito, com o intuito de normatizar os processos, levando em conta principalmente que é possível agrupar tomadores de crédito e elencar critérios em comum, mapeando comportamentos, as empresas buscam criar políticas de crédito, o que torna o trabalho muito mais prático para ambos os lados.

1.3.6 Elaboração de Políticas de Crédito

Conforme cita (ROSA; AZZOLIN; SOARES, 2015) “Problemas que surgem ocasionalmente podem exigir uma tomada de decisão singular, mas quando se tornam repetitivos, recomenda-se a adoção de uma política para a sua resolução.”

Desta forma, as empresas criam linhas de crédito onde espécies de manuais pré-estabelecidos, definindo uma série de critérios e diretrizes a serem repassados aos especialistas de crédito. Como linhas gerais podem ser consideradas como as

diretrizes do modo de ação da instituição, desta forma toda a instituição deve estar engajada na criação destas políticas de crédito.

Segundo Rosa; Azzolin; Soares (2015), na iniciativa privada as políticas de crédito têm uma alta importância no comitê diretivo, onde algumas empresas possuem uma espécie de “comitê de crédito”, onde avaliam e decidem questões relevantes a respeito do tema. Uma empresa de grande porte que possui esta estrutura atualmente é o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul S.A).

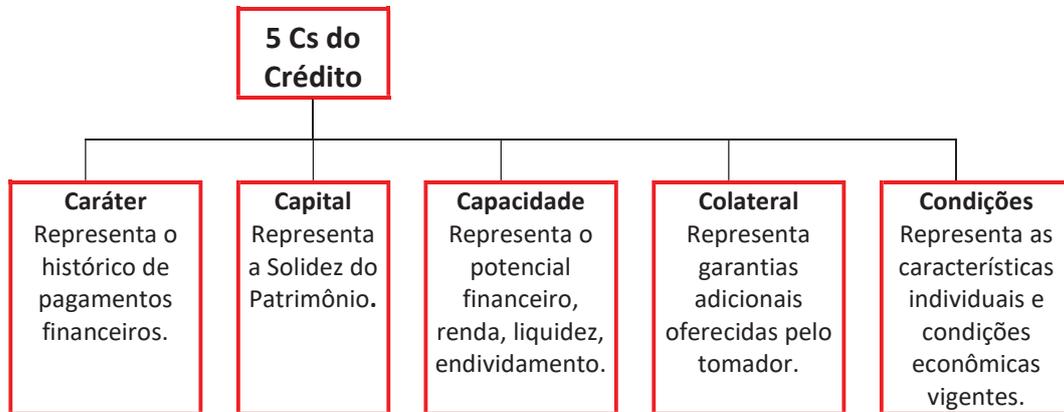
De forma geral, os bancos tendem a ser bastante criteriosos neste tema devido à concessão de crédito ser o produto principal de geração de renda de qualquer banco. Desta forma o banco visa receber o montante com juros no maior número de operações de concessão de crédito possíveis. Assim estas políticas de crédito uma vez definidas são distribuídas homoganeamente por toda a estrutura do banco, até o engajamento dos gerentes de relacionamento ao cliente que realizam as operações de crédito rural nas agências.

Mas ainda com as políticas de crédito inerentes na política da empresa, ainda assim existe uma gama muito grande de variáveis a serem consideradas no processo, e isso que torna o trabalho do analista de crédito tão crucial no processo, e conhecer um pouco mais do método subjetivo ou Julgamental é crucial para o sucesso das operações de crédito.

1.3.7 Fatores Relevantes do Método Julgamental

Como informado anteriormente, a formação do profissional de crédito, a vivência obtida nos processos de decisão, sua percepção de realidade tornam sua opinião de risco sobre o investimento uma forma única de ver, muitas vezes não compartilhada por outros analistas, mas apesar do resultado da percepção variar de analista para analista, os fatores relevantes são em grande parte semelhantes, o que permite criar técnicas de avaliação que são utilizadas atualmente. Como principais fatores relevantes ao analista, podemos elencar os pontos citados na metodologia 5 Cs do Crédito, metodologia está amplamente divulgada e trabalhada nos anos 2000, sendo trabalhado de forma autônoma por cada instituição e seu comitê diretivo, sendo exibida no presente estudo pela revisão feita por Rosa; Azzolin; Soares (2015) conforme Figura 1, a seguir.

FIGURA 1 – 5 Cs do Crédito



FONTE: Adaptado de Rosa; Azzolin; Soares (2015).

Levando em conta os fatores citados, existem as desvantagens que muitas vezes os fatores iguais podem criar decisões diferentes de acordo com o analista que irá decidir a respeito da proposta, além de que o resultado também pode variar conforme cita Rosa; Azzolin; Soares (2015) de acordo com fatos desconexos, que estejam sendo avaliados isoladamente, isso pode fazer com que a empresa obtenha menos lucros do que caso tenha propostas avaliadas em conjunto.

1.4 JUSTIFICATIVA

Com base no capítulo 1.3.3. do presente estudo, é possível observar que o crédito do agronegócio possui uma importante participação no fluxo de caixa e nos investimentos do Setor, com enfoque principalmente em programas governamentais como Pronaf e Inovagro, muitas vezes determinando volumes de produção e venda de equipamentos em nível Brasil.

Levando em conta a grande participação no PIB Brasileiro que o agronegócio representa, as políticas de crédito neste setor afetam diretamente o resultado do PIB. Isso faz com que este assunto seja pauta de discussões políticas constantes e intensas nas últimas décadas.

Diante da visível a importância do agronegócio na economia brasileira e por consequente no PIB brasileiro, destaca-se também o fato dos recursos de terceiros serem fundamentais para a alavancagem do agronegócio, torna-se de suma importância buscar elencar e compreender quais são os fatores relevantes a entidade financeira para a obtenção de recursos.

Com base no entendimento dos fundamentos que regem a avaliação das propostas de crédito é possível avaliar quais são os pontos cruciais para obtenção de recursos.

Partindo do princípio de que o financiamento do agronegócio é crucial, seja ele realizado pelo setor público ou privado, é necessário levar em conta que existem critérios para avaliação das propostas de crédito, tendo em vista o risco eminente da operação.

Diante da relevância do assunto, que afeta tanto os agentes financeiros envolvidos, sejam eles públicos ou privados, quanto aos produtores, independentemente do seu porte, faz-se necessário conhecer sobre os critérios de avaliação do crédito, a fim de tornar este processo o mais benéfico para todos os envolvidos.

Da mesma forma, levando-se em conta a criticidade que o crédito do Setor do Agronegócio representa para o produtor, independentemente do tamanho de sua produção, é de suma importância conhecer quais são os fatores principais em que o analista de crédito se baseia para aprovar ou não a proposta de crédito.

Com esse conhecimento em mãos, a negociação de concessão de crédito tem plenas condições de tornar-se mais clara para ambos os lados, minimizando riscos e desgastes e tornando a Instituição Financeira uma aliada do produtor e do seu processo produtivo. Assim, por exemplo, nos casos em que o analista de crédito propõe uma linha de crédito diferente da qual o cliente vinha buscando, é possível, ao cliente, compreender quais os fatores que fazem com que essa mudança seja proposta, permitindo-lhe ter uma visão mais ampla do sistema e entender se tal proposta de mudança é pertinente ou não.

Para que essa sinergia ocorra, o processo de concessão do crédito no agronegócio precisa ser plenamente entendido por ambas as partes, no caso do analista de crédito conhecer a respeito da realidade do cliente, e ao que tange o cliente conhecer quais são os critérios que o torna atrativo de modo a ter sua proposta aprovada, que é o intuito deste estudo.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo propões analisar e contextualizar os dados encontrados em artigos acadêmicos, dados econômicos expostos relacionados com o agronegócio permitindo assim uma análise histórica de tais informações, e a análise dos critérios para a liberação de créditos sobre a ótica de especialistas de algumas Instituições Financeiras responsáveis por liberar tais montantes; sendo assim possível a análise não apenas quantitativa, mas também qualitativas dos créditos rurais.

Apresentando assim como principal metodologia utilizada a coleta de entrevistas a campo com analistas de crédito rural, visando definir quais são os critérios mais relevantes no momento da análise de propostas, visando verificar as metodologias adotadas, e comparar os resultados obtidos de forma a verificar os padrões comuns entre os entrevistados e os fatores relevantes que divergem entre os envolvidos. Tenta-se desta forma criar uma rede de perfis, e a listagem da seleção dos critérios, ou seja, enumerar e entender o processo de seleção dos critérios positivos.

Utilizam-se ainda artigos acadêmicos pertinentes ao estudo do agronegócio como forma de contextualização histórica e econômica, assim como a utilização de autores que utilizam maior quantidade de dados econômicos para uma melhor visualização macroeconômica.

Visando validar a literatura buscada, serão realizadas entrevistas em campo junto a instituições financeiras que operam com crédito ao agronegócio, sendo uma instituição pública, e duas instituições privadas, sendo uma nacional e outra multinacional.

Nas entrevistas serão investigados os processos de avaliação e liberação de crédito e os principais fatores que levam à aprovação ou à rejeição das propostas estudadas, de modo a identificar quais pontos são comuns às instituições pesquisadas, bem como quais fatores são indispensáveis para a tomada de decisão do analista de crédito.

O presente estudo tem como fundamento principal elencar os conceitos fundamentais utilizados para aprovação de propostas de concessão de crédito, não sendo necessário a divulgação dos nomes dos analistas e tampouco das instituições financeiras pesquisadas. Desta forma, no estudo será utilizada nomenclatura que

define o segmento de atuação da Instituição, como: “analista de banco público”, “analista de banco nacional” e “analista de multinacional”. Isso visa garantir a liberdade de expressão dos analistas, além de que, conduzindo desta forma, o estudo em questão não fere questões de sigilo empresarial e profissional.

Assim sendo, foram coletadas respostas a um questionário elaborado em conjunto pelo autor do estudo e seus orientadores, de forma a padronizar as perguntas a serem feitas entre os analistas, onde é possível visualizar uma versão do arquivo enviado no presente estudo, intitulado como Anexo 1.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

Durante o processo de entrevistas com os analistas de crédito, foram enviados questionários a 20 analistas de instituições financeiras públicas, privadas de origem nacional, e uma instituição financeira ligada à uma montadora multinacional de grande porte.

Dos 20 questionários enviados, 6 analistas de crédito responderam à pesquisa. Sendo estes analistas de Crédito: 2 pertencentes à Instituições Financeira Pública, 2 pertencentes à Instituição Financeira Privada e 2 pertencentes à Instituição Financeira Privada ligada à montadora multinacional.

No presente estudo, por questão de nomenclatura, os analistas estão representados pelas letras (A,B,C,D,E,F). Sendo A e B analistas pertencentes à Instituição Financeira Pública, C e D pertencentes à Instituição Financeira Privada e, E e F pertencentes à Instituição Financeira Privada ligada à montadora multinacional.

As respostas das questões foram consolidadas nos casos onde verificou-se coerência, e destacadas nos casos onde foram verificadas divergências na resposta dos entrevistados.

As respostas dos questionários foram compiladas segundo o critério acima e estão representadas a seguir:

1 – Cite, se houver, na ordem de relevância – do mais relevante para o menos relevante, se possível, 5 sistemas informatizados (sendo eles públicos ou privados) que os analistas acessam durante o processo de análise de crédito, na busca de informações para subsidiar suas decisões:

Instituição Pública/Nacional/Multinacional (A,B,C,D,E,F): Utiliza-se um sistema desenvolvido internamente, por corpo técnico próprio, que compila informações pessoais do solicitante de crédito.

2 – Na sua Instituição as propostas de crédito são aprovadas uma a uma (proposta a proposta) ou é definido um limite de crédito ao cliente/produtor para esse operar nas diversas linhas do crédito rural?

Instituição Pública/Nacional/Multinacional (A,B,C,D,E,F): É estabelecido um limite de crédito por cliente.

3 - Durante o processo de concessão de crédito o sistema determina um valor exato que pode ser liberado para o cliente ou uma faixa de crédito que pode ser discutida?

Instituição Pública/Nacional/Multinacional (A,B,C,D,F): O sistema sugere um valor máximo de concessão, porém o escalão que defere o pedido tem poder de estabelecer um valor maior ou menor do que o que foi previamente sugerido.

Instituição Multinacional (E): O sistema informa um valor máximo de concessão por cliente, que também é influenciado pela taxa de câmbio atual, no caso de exceções é necessário realizar uma solicitação a matriz Europeia.

4 – Qual a periodicidade de atualização das análises de crédito dos clientes das linhas de crédito rural? E do rating (classificação de risco) dos mesmos?

Instituição Pública/Nacional/Multinacional (A,B,C,D,E,F): A validade da análise varia de 12 a 18 meses, em função do Rating do Cliente.

5 – Cite, por ordem de importância – do mais relevante para o menos relevante - quais os 5 aspectos mais relevantes, observados pelo **analista ou pelo sistema**, para a **classificação de risco (rating) de crédito** dos clientes.

Instituição Pública (A, B): Histórico de Restrições/ Histórico de dívidas vencidas no Sistema Financeiro Nacional, O montante de endividamento no Sistema Financeiro Nacional, a Experiência do Cliente e o risco da atividade, dados comportamentais

Instituição Nacional (C, D): O montante de endividamento x Nível de Receita, restrições, experiência do cliente, risco da atividade, dados comportamentais

Instituição Multinacional (E): Histórico e atrasos no Banco/ e sistema Financeiro Nacional, histórico de restrições, montante de endividamento x previsão de receita, experiência do Cliente no Sistema Financeiro Nacional e nas atividades desenvolvidas, Mercado que está inserido e cenários projetados.

Instituição Multinacional (F): Além dos fatores informados pelo consultor (E), ainda existe a avaliação Econômico Financeira como ferramenta auxiliar.

6 – Cite, por ordem de importância – do mais relevante para o menos relevante - quais os 5 aspectos mais relevantes que devem ser observados pelo **cliente/proponente** do crédito para obter a aprovação do crédito/limite de crédito nos valores por eles pleiteados.

Instituição Pública (A,B): Normalidade das Operações no SFN, ter experiência e tradição na atividade, bom histórico comportamental, fluxo de caixa superavitário, atividade desenvolvida com risco favorável.

Instituição Nacional (C,D): Normalidade de operações no SFN, possuir fluxo de caixa superavitário, não possuir extenso histórico de restrições, ter experiência e tradição na atividade desenvolvida, atividade desenvolvida com risco favorável.

Instituição Multinacional (E,F): Histórico de restrições no SFN, capacidade de gestão, Análise Econômico-Financeira (estrutura de capital), garantia, Liquidez

7- Cite, por ordem de importância – do mais relevante para o menos relevante – quais os 5 aspectos mais relevantes, que devem ser observados pelo **analista**, na concessão do crédito aos clientes/proponentes no crédito ao agronegócio?

Instituição Pública (A,B): Normalidade das Operações no SFN, ter experiência e tradição na atividade, bom histórico comportamental, fluxo de caixa superavitário, atividade desenvolvida com risco favorável.

Instituição Nacional (C,D): Normalidade de operações no SFN, possuir fluxo de caixa superavitário, não possuir extenso histórico de restrições, ter experiência e tradição na atividade desenvolvida, atividade desenvolvida com risco favorável.

Instituição Multinacional (E,F): Histórico de restrições no SFN, capacidade de gestão, Análise Econômico-Financeira (estrutura de capital), garantia, Liquidez, plano alternativo caso encontre algum problema não pontuado.

8 – Levando em consideração as propostas que são rejeitadas ou não são aprovadas integralmente, cite, se possível, por ordem de relevância, ao menos 5 principais motivos da não aprovação/rejeição.

Instituição Pública (A,B): Atividade desenvolvida com risco desfavorável, histórico comportamental desfavorável, inexperiência do cliente, nível de endividamento excessivo, fluxo de caixa deficitário.

Instituição Nacional (C,D): Fluxo de caixa deficitário, nível de endividamento excessivo, histórico de restrições, histórico de dívidas vencidas no SFN, dados comportamentais.

Instituição Multinacional (E,F): Falta de margem disponível em fluxo de caixa para pagamento de crédito proposto, restrições vigentes, histórico de pagamento recente e forma de atuação em problemas do passado, perspectiva de mercado para o “produto” do tomador, Análise-Econômico financeira.

9 - Na realização da análise de crédito, há alguma diferenciação de concessão de créditos em culturas agropecuárias diferentes? Os critérios de avaliação mudam de acordo com a aplicação dos recursos?

Instituição Pública (A,B): sim, existe diferenciação.

Instituição Nacional (C,D): Existe diferenciação, e na análise é levado em consideração o risco das culturas desenvolvidas, a experiência do produtor, bem como a situação de mercado.

Instituição Multinacional (E,F): Sim, tanto em diferentes culturas, quanto na aplicação dos recursos (custeio, comercialização e/ ou investimento).

10 - Os níveis de inadimplência de determinada linha de crédito interferem no rigor da análise das propostas daquela linha específica?

Instituição Pública/Nacional/Multinacional (A,B,C,D,F): Sim, visto que é considerado sinal importante de dificuldade conjuntural, que deve e é considerado nas propostas de novos negócios.

Instituição Multinacional (E): Além da inadimplência do segmento ainda é avaliado como ponto relevante as oscilações dos ramos de negócio na bolsa de valores e também no mercado de commodities

Com base nos estudos apresentados, é possível verificar que existem alguns pontos onde o processo de decisão por parte dos analistas é bastante semelhante. À exemplo na resposta 3, onde podemos observar que apesar de cada instituição financeira possuir seu próprio sistema e parametrização, o analista possui uma margem de decisão e capacidade de interferir no resultado em que o sistema propõe, de forma que é essencial uma grande experiência do analista no tema devido a sua responsabilidade no processo.

Outro fator que exemplifica a responsabilidade do analista é o gerenciamento do Rating em que cada cliente possui, definindo em sua carteira entre considerar o prazo de 12 a 18 meses devido a relevância de cada cliente, que pode ser visto em todas as respostas da pergunta 4.

Apesar do Analista possuir uma margem e um poder de decisão, ficou exemplificado nas questões seguintes que existe uma coesão entre os analistas, o que é um ponto positivo, além de demonstrar que existe uma seriedade no processo de análise de crédito, demonstra um nível de maturidade dos analistas, e também das instituições, em demonstrar que o entendimento individual não prevalece ao entendimento coletivo, mantendo assim a identidade da instituição bancária independentemente do analista.

Ainda ao que tange à importância da formação do analista, em resposta as perguntas 9 e 10 podemos observar que o analista necessita ter pleno conhecimento do mercado onde o produtor está inserido, tanto de forma individual quanto ao cenário do produto no mercado Brasil e importação, esse conhecimento faz com que o Analista esteja inteirado de assuntos como mercado agrícola, commodities, compra/venda de ações, exportações e acontecimentos da política local.

Quanto aos critérios de avaliação que compõem o Rating, em muitos casos observa-se que de forma geral são muito similares, alterando em grande parte a ordem de importância para cada analista, ou instituição, mas em suma a maioria os critérios são comuns.

Desta forma é possível elencar em uma matriz de importância, na qual a pontuação elencada é obtida pela soma da ordem de relevância que cada analista atribuiu para cada item. Por exemplo, caso um item seja o número um em relevância (mais relevante) para todos os analistas, sua pontuação será três ($1+1+1 = 3$). Caso ele seja a sexta (menos relevante) categoria elencada no questionário sua pontuação será dezoito ($6+6+6=18$). Dessa forma, quanto menor a pontuação total

de cada item, mais relevante é o fator considerado. Essa metodologia foi criada pelo próprio autor do relatório científico.

As respostas das questões foram compiladas e ordenadas, conforme a sua relevância, da mais relevante para a menos relevante, e estão representadas nos quadros 2 e 3, desta pesquisa.

O Quadro 2, a seguir, apresenta quais os aspectos mais relevantes para a aprovação do crédito de acordo com a visão do Analista de Crédito.

QUADRO 2 – ASPECTOS MAIS RELEVANTES PELA VISÃO DO ANALISTA

Critérios	IF Pública	IF Nacional	IF Multinacional	Pontuação
Histórico de Restrições	1	2	2	5
Montante de endividamento no SFN x Previsão Receitas	3	1	3	7
Histórico de dívidas no SFN	2	5	1	8
Experiência do Cliente e risco da atividade	4	3	4	11
Dados comportamentais	5	4	6	15
Mercado Inserido e Cenários	6	6	5	17

FONTE: O autor (2019).

Levando em consideração a matriz acima, observa-se que os critérios mais importantes para a decisão do analista de crédito já estão disponíveis para sua consulta apenas com os documentos do solicitante, pois são informações que já estão disponíveis no Sistema Financeiro Nacional.

Desta forma quando o analista recebe uma proposta de concessão de crédito nota-se que seu olhar é muito mais criterioso quanto ao histórico de pagamentos passados do que a previsão de futuro. Como estas informações são referentes ao passado do solicitante de crédito, o analista de crédito tem pouca margem de interpretação além do que já está informado no sistema, ainda mais que este sistema é de amplo acesso por parte dos analistas de crédito de todas as empresas, pois o sistema é controlado pelo próprio governo.

Comparando as respostas das perguntas 5 e 7 nota-se que tanto o analista quanto as políticas dos sistemas informatizados, ou das instituições financeiras

possuem um alinhamento de quais critérios são prioritários no processo de avaliação, sendo que para ambos os critérios mais importantes derivam das informações do SFN.

Agora pela ótica do analista, existem pontos relevantes que o cliente deveria previamente avaliar para garantir o sucesso da sua solicitação.

O Quadro 3, a seguir, apresenta, na visão dos analistas entrevistados, quais os aspectos mais relevantes que os clientes tomadores devem observar para a aprovação das suas propostas de crédito.

QUADRO 3 – ASPECTOS MAIS RELEVANTES AO PROPONENTE

Critérios	IF Pública	IF Nacional	IF Multinacional	Pontuação
Normalidade de Operações no SFN	1	1	2	4
Bom histórico comportamental	3	3	1	4
Ter experiência e tradição na atividade	2	4	3	9
Fluxo de caixa superavitário	4	2	5	11
Atividade desenvolvida com risco favorável	5	5	6	16
Análise Econômico Financeira	6	6	4	16

FONTE: O autor (2019).

Levando em conta o quadro acima, observa-se que mais uma vez componentes do histórico de atividades financeiras anteriores, já contabilizadas no SFN são o fator crucial para o sucesso da concessão de crédito. Desta forma na visão do analista o cliente deve ter em mente como foi o seu comportamento financeiro nos últimos anos, ao que tange os acordos bancários, para prever o quão confiável será aos olhos do analista, seguindo em sequência para fatores como sua experiência no ramo e a liquidez do seu negócio.

Em contrapartida aos pontos levantados, em resposta a pergunta 8, referente aos motivos de não aprovação ou aprovação parcial das propostas, os pontos de maior ocorrência acontecem devido a não liquidez do negócio, ou a

atividade desenvolvida com risco desfavorável, o que demonstra que em muitas situações o cliente busca instituições financeiras para liquidar dívidas, e não para investimento no negócio, ou para suprir possíveis baixas de mercado afetadas por critérios externos ao seu negócio, esse fator também pode demonstrar um desconhecimento do mercado onde está inserido.

4 CONCLUSÃO

Com a pesquisa realizada foi possível identificar que os pontos mais relevantes para sua decisão já estão contidos no sistema Financeiro Nacional. Desta forma ao receber uma proposta de solicitação de crédito, o analista em sua primeira atividade tem como realizar uma busca com o número de CPF/CNPJ em mãos, visualizar qual é o histórico daquele solicitante, antes mesmo de observar as condições da proposta solicitada, e este fator ficou claro independente da instituição financeira pela qual o analista representa.

Assim levando em consideração as respostas dos analistas entrevistados, é possível notar que existe um pensamento muito homogêneo quanto a tomada de decisão independente da origem da empresa, ficando visível que existem apenas alguns pontos complementares e algumas rotinas específicas, mas em grande maioria os resultados convergem para respostas similares.

Outro fator relevante é que o endividamento no Sistema Financeiro Nacional (SFN) tem papel fundamental na tomada de decisão de todos os analistas e instituições financeiras, isso garante uma coesão de resultados independente da instituição onde o crédito é requisitado, e também um controle por parte governamental do seu histórico pagador.

Além das informações junto ao SFN, o analista tem como base análises financeiras para determinar qual é a liquidez do empreendimento que está requisitando a concessão de crédito, seja esta liquidez por recursos próprios já apresentados em documentos como o balanço patrimonial e demais documentos contábeis ou previsões de mercado e análises prévias de outras empresas do mesmo ramo.

Desta forma, o cliente precisa ter uma clara noção além da viabilidade do seu negócio e seu cenário financeiro atual, pleno conhecimento de como foi seu

relacionamento com o banco em seus últimos empréstimos e demais serviços financeiros, pois este fator é crucial para seu sucesso.

Este resultado em si apresenta a confirmação do que é visto pela maior parte dos requisitantes de crédito, que os bancos compartilham um entendimento comum referente aos critérios essenciais, do qual é compartilhado pelo governo, desta forma caso você receba uma proposta de uma instituição, ela tende a ser muito similar à que você irá receber em outra instituição, independente do ramo de atuação ou da origem do banco, assim em alguns casos existe um procedimento mais simplificado ou mais burocrático, com aprovações de alguns casos por parte de holdings, como acontece com multinacionais do ramo, mas de toda a forma a resposta tende a ser semelhante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Banco Central do Brasil - BACEN (2019). **Manual de Crédito Rural (MCR)**. Acesso em 25 Ago. 2019, de <https://www3.bcb.gov.br/mcr>

Banco Central do Brasil - BACEN (2019). **Anuário Estatístico Crédito Rural (1999-2012)**. Acesso em 25 Ago. 2019, de https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/anuario_estat_credrural

Banco do Brasil; **Roteiro para Elaboração de Projetos de Investimento**, Roteiro C – Projetos Agropecuários; Acesso em 11 Set. 2019 de <http://www.bb.com.br/docs/pub/emp/mpe/dwn/RoteiroC.doc>

Banco Nacional de Desenvolvimento BNDES (2019) – **Folheto Explicativo – Apoio à Agroindústria** – Acesso em 23 Set. 2019 de https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/90bcd5b4-40f8-49c6-82b6-036c019ee2b7/BNDES_FOLHETO+AGRO_spreads_210819.pdf?MOD=AJPERES&CVID=mQ88K3e

BISCAIA JR, Nilson Correa; SILVA, Ângelo José da. MBA em Gestão do Agronegócio – Apostila: **Gestão de Projetos e Análise de Investimentos**. Curitiba: UFPR, 2017

BRASIL. Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 fev. 1965a.

BRASIL. Lei nº 4.829, de 05 de novembro de 1965. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 nov. 1965b.

CARVALHO, Junior, C.V.O. **Aprendizagem Formal, Controladoria e vieses cognitivos: um estudo experimental**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil, 2009

CNA (Distrito Federal). Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (Ed.). **PIB do agronegócio fica estável em 2018**. 2019. Disponível em: <<https://www.cnabrasil.org.br/noticias/pib-do-agronegocio-fica-estavel-em-2018>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

DISTRITO FEDERAL. Ministério da Agricultura do Brasil. Ministério da Agricultura (Org.). **Agropecuária Brasileira em números**. 2019. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/agropecuaria-brasileira-em-numeros>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

EMBRAPA; **Evolução Histórica do Crédito Rural**; Ano XIII, Volume 4, 2004. Acesso em 23 Ago. 2019, de <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/viewFile/587/pdf>

LEITE, S.P, WESZ Junior, V.J. **Estado, Políticas Públicas e Agronegócio no Brasil: Revisando o Papel do Crédito Rural**. R. Pós Ci. Soc. v.11, n.22, jul/dez. 2014.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2019) – **Crédito Rural**. Acesso em 23 Set. 2019 de <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/credito-rural>

QUEIROZ, A.D.S, REIS, M.O, ROCHA, J.S. **Modelo Decisório no Mercado Financeiro: Um Estudo a Luz da Teoria dos Prospectos e da Racionalidade Limitada: Contabilidade, Gestão e Governança** – Brasília. V.19 n.2 mai/ago. 2016

Ramos, S. Y.; **Evolução da política de crédito rural Brasileira** – Planaltina, DF; Embrapa, Cerrados, 2010, Acesso em 26 Ago. 2019 de <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/77790/1/doc-292.pdf>

ROSA, L. I. AZZOLIN, J. L.; SOARES, J. L. **Análise de Crédito e Cobrança**. Curitiba: Universidade Positivo, 2015.

SILVA, N.M.G, CESARIO, A.V, CAVALCANTI, I.R. **Relevância do Agronegócio para Economia Brasileira Atual** – UFPB-PGR. X Encontro de Iniciação e Docência 2007

ANEXO 1



Curso de Pós-Graduação: MBA em Gestão do Agronegócio

Aluno: Bruno de Lima Coelho

Título do Estudo: Aspectos relevantes na avaliação de propostas para captação de recursos financeiros junto à Analistas Financeiros no agronegócio.

Profissional (Nome não será divulgado no estudo):

Instituição (Nome não será divulgada no estudo):

1 – Cite, se houver, na ordem de relevância – do mais relevante para o menos relevante, se possível, 5 sistemas informatizados (sendo eles públicos ou privados) que os analistas acessam durante o processo de análise de crédito, na busca de informações para subsidiar suas decisões

2 – Na sua Instituição as propostas de crédito são aprovadas uma a uma (proposta à proposta) ou é definido um limite de crédito ao cliente/produtor para esse operar nas diversas linhas do crédito rural?

3 - Durante o processo de concessão de crédito o sistema determina um valor exato que pode ser liberado para o cliente ou uma faixa de crédito que pode ser discutida?

4 – Qual a periodicidade de atualização das análises de crédito dos clientes das linhas de crédito rural? E do rating (classificação de risco) dos mesmos?

5 – Cite, por ordem de importância – do mais relevante para o menos relevante - quais os 5 aspectos mais relevantes, observados pelo **analista ou pelo sistema**, para a **classificação de risco (rating) de crédito** dos clientes.

6 – Cite, por ordem de importância – do mais relevante para o menos relevante - quais os 5 aspectos mais relevantes que devem ser observados pelo **cliente/proponente** do crédito para obter a aprovação do crédito/limite de crédito nos valores por eles pleiteados.

7- Cite, por ordem de importância – do mais relevante para o menos relevante – quais os 5 aspectos mais relevantes, que devem ser observados pelo **analista**, na concessão do crédito aos clientes/proponentes no crédito ao agronegócio?

8 – Levando em consideração as propostas que são rejeitadas ou não são aprovadas integralmente, cite, se possível, por ordem de relevância, ao menos 5 principais motivos da não aprovação/rejeição.

9 – Na realização da análise de crédito, há alguma diferenciação de concessão de créditos em culturas agropecuárias diferentes? Os critérios de avaliação mudam de acordo com a aplicação dos recursos?

10 – Os níveis de inadimplência de determinada linha de crédito interferem no rigor da análise das propostas daquela linha específica?